

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE LETRAS E ARTES (CLA)**  
**FACULDADE DE LETRAS**

**MARIA EDUARDA ALVES GERMANO**

**PERMANÊNCIA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO NA UFRJ: Uma análise**  
da Pró-Reitoria de políticas estudantis - PR7

**RIO DE JANEIRO**

**2024**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE LETRAS E ARTES (CLA)**  
**FACULDADE DE LETRAS**

**MARIA EDUARDA ALVES GERMANO**

**PERMANÊNCIA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO NA UFRJ:** Uma análise  
da Pró-Reitoria de políticas estudantis - PR7

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Letras na Habilitação de Português e Literaturas de Língua Portuguesa.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lígia Karam Corrêa de Magalhães

**RIO DE JANEIRO**  
**2024**

## FICHA DE APROVAÇÃO

**MARIA EDUARDA ALVES GERMANO**

**PERMANÊNCIA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO NA UFRJ:** Uma análise  
da Pró-Reitoria de políticas estudantis - PR7

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Letras na Habilitação de Português e Literaturas de Língua Portuguesa.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lígia Karam Corrêa de Magalhães

Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 2024.

Aprovado em: 31/01/2024

Nota:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lígia Karam Corrêa de Magalhães  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mônica de Souza Hourí  
Membro interno

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Roselene e Robson, sem vocês eu não conseguiria. Obrigada por tudo, entre trancos e barrancos, nós!

Aos meus sobrinhos, que a universidade seja um sonho possível para vocês.

A todos os estudantes da Baixada Fluminense.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, pela vida.

À minha mãe, Roselene, por ser uma Alves, pela perseverança, esforço e sacrifício para pagar o curso pré-vestibular.

A meu pai, Robson Germano, pelo apoio na escolha do curso, por me buscar no ponto de ônibus, pelo orgulho ao falar da minha aprovação.

As minhas irmãs, Dayane e Bianca, pelo apoio e carinho.

Aos meus sobrinhos, Haillê, Isaque, Emanuelle, Gabrielle, Gabriel e Noah, pelas bagunças e por sempre perguntarem o que eu estudo.

Ao meu tio, Renato, pelo apoio durante a graduação e a vida.

À minha avó, Rejane Alves, para ela, e para muitos de sua geração, a escola e o professor sempre foram figuras distantes de sua realidade. *In memoriam*

Aos motoristas que me deixavam “pular roleta” quando eu não tinha grana para assistir aula.

À minha querida amiga, Amanda, por me acompanhar desde o pré-vestibular, mesmo quando a vida fica corrida sei que posso contar com você.

À minha terapeuta, Cristina, pela camaradagem, consideração, conselhos e por sempre acreditar no meu potencial.

À minha querida amiga, Júlia Cardoso, pelas conversas, conselhos, resgate e por sempre estar presente.

Aos amigos da Copa dos estudantes, pelas conversas e risadas.

Aos amigos da graduação, pela companhia, fofocas e risadas.

Ao Breno, meu camarada.

Ao Colégio Estadual Hilton Gama, por todas as memórias.

Aos alunos do Colégio Estadual Joaquim de Almeida Flores, por me mostrarem como é bom ensinar.

À professora Rosangela Dantas, pela companhia e ensinamentos durante o estágio obrigatório.

À minha orientadora, Lígia Karam, pela atenção e carinho no decorrer desse trabalho.

À professora Mônica Houri, por ter aceito o convite para compor a banca examinadora.

A todos os funcionários da UFRJ, que direta ou indiretamente, ajudaram a tornar essa realização possível.

Ao Grupo de Educação Multimídia (GEM) por ter sido minha segunda casa durante o primeiro ano de graduação.

À equipe do Projeto de Extensão, Educação, Deficiência e Facilitação de Aprendizagem, em especial ao coordenador Rafael Damasceno, pela confiança em mim depositada.

Ao Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação – COLEMARX.

Ao GT Trabalho e Formação de Professores, pelas tardes de estudos. Foi gratificante aprender com vocês.

À Pró-Reitoria de Políticas Estudantis – PR7 e a luta do movimento estudantil, sem os auxílios eu não estaria aqui.

## EPÍGRAFE

Esses boy conhece Marx  
Nós conhece a fome  
Então serra os punho sorria  
E jamais volte pra sua quebrada de mão e mente vazias

Quem costuma vir de onde eu sou  
Às vezes não tem motivos pra seguir  
Então levanta e anda, vai, levanta e anda  
Vai, levanta e anda  
Mas eu sei que vai, que o sonho te traz  
Coisas que te faz prosseguir  
Então levanta e anda, vai, levanta e anda  
Vai, levanta e anda, vai, levanta e anda

Somos maior, nos basta só sonhar, seguir

(Emicida, *Levanta e anda*, 2014.)

## RESUMO

A presente monografia tem como tema “PERMANÊNCIA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO NA UFRJ: Uma análise da Pró-Reitoria de políticas estudantis - PR7” cujo objetivo é evidenciar e debater a importância da assistência estudantil, analisando as mudanças e estratégias que a UFRJ adotou e tem adotado para garantir a permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, especificamente com a criação da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis - Pr7. Para tanto, realizamos uma pesquisa teórico-histórica de cunho qualitativo, na qual foram analisados os documentos da Resolução (Consuni 02/2019), a Lei de Cotas (12.711/2012), o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Além disso, os estudos teóricos de Marx (2010), Frigotto (2010), Saviani (2011), Freire (1967) e Schlesener (2015) serviram de fundamentação teórica às discussões.

**Palavras-chave:** Permanência; Assistência Estudantil; Democratização do Ensino; Pró-Reitoria de Políticas Estudantis - PR7.

## ABSTRACT

The present monograph has as its theme "CONTINUITY AND DEMOCRATIZATION OF EDUCATION AT UFRJ: An analysis of the Student Policies Pro-Rectorate - PR7." Its objective is to highlight and discuss the importance of student assistance, analyzing the changes and strategies that UFRJ has adopted and is adopting to ensure the retention of students in socio-economic vulnerability, specifically with the creation of the Student Policies Pro-Rectorate - PR7. To achieve this, we conducted qualitative theoretical-historical research, in which we analyzed documents such as Resolution (Consuni 02/2019), the Quota Law (12.711/2012), the National Student Assistance Plan (PNAES), and the Program to Support Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities (Reuni). Additionally, the theoretical studies of Marx (2010), Frigotto (2010), Saviani (2011), Freire (1967), and Schlesener (2015) served as the theoretical foundation for the discussions.

**Keywords:** Permanence; Student Assistance; Democratization of Education; Student Policies Pro-Rectorate - PR7.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1. ACESSO E PERMANÊNCIA: TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....</b>	<b>15</b>
<b>2. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRJ: UMA ANÁLISE ACERCA DA PRÓ-REITORIA DE POLÍTICAS ESTUDANTIS - PR7.....</b>	<b>22</b>
<b>3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>29</b>
<b>4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>31</b>

## INTRODUÇÃO

A educação brasileira sofre alterações ao longo de sua história, diretamente ligadas a momentos políticos e demandas contextuais de diferentes interesses político e ideológicos. A educação escolar passa a ser uma exigência social para todos somente a partir da época Moderna e, sobretudo, após a primeira Revolução Industrial, que deslocou a economia da agricultura para a indústria, a política do campo para a cidade e o processo produtivo do trabalhador para as máquinas. Pelo trabalho, a humanidade produz a sua própria existência e pela educação, garante a continuidade e o aperfeiçoamento desta produção.

Outrossim, a burguesia necessita que a classe trabalhadora tenha, de certa forma, acesso à educação, visto que determinados conhecimentos são de suma importância para o desempenho de funções no mercado de trabalho, como, por exemplo, o conhecimento das operações básicas de matemática e o conhecimento das normas básicas da língua. Contudo, mesmo limitando as experiências e ofertando conteúdos disciplinares sem o exercício da reflexão crítica, a oferta da educação às classes (trabalhadoras) exploradas pode fornecer meios para o questionamento das desigualdades existentes.

Na obra *A Ideologia Alemã* (2010), Marx e Engels percebem a educação como um instrumento ideológico a serviço da classe dominante, os autores veem na educação uma possibilidade de contradição. Pois, para Marx e Engels (2007) a dominação de uma classe sobre a outra foi socialmente construída. Nesse sentido, Marx propõe, então, que a educação oferecida às grandes massas deve ser igualitária e emancipatória, de modo que a realidade social do indivíduo seja transformada, permitindo seu acesso a melhores condições de vida e trabalho, além de fomentar o pensamento crítico em relação às convenções sociais estabelecidas. Para além do acesso igualitário a todos, Marx (2010) ressalta a importância de uma educação omnilateral. O conceito de omnilateralidade propõe que o ensino deve preparar o indivíduo não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a vida social, ou seja, o sistema de ensino deve ofertar a formação humana ampla (preparando o campo intelectual, mental e físico, concomitantemente). Por meio do enfrentamento entre as classes sociais se dão possibilidades concretas de transformações nas estruturas sociais.

A educação superior pública no Brasil tradicionalmente recebeu os filhos das classes dominantes do país. Uma educação feita pela e para a mesma elite. No entanto, o Ensino Superior vem passando por mudanças significativas em relação à expansão, à democratização e, com efeito, à ampliação das oportunidades de acesso.

A última década no Brasil foi marcada pelo crescimento do acesso à educação superior, em decorrência de políticas públicas de democratização da educação superior, especialmente o REUNI<sup>1</sup> e a Lei 12.711/2012<sup>2</sup>, também conhecida como Lei de Cotas, que elegeu como grande grupo beneficiário os alunos oriundos da escola pública, determinando que, no mínimo 50% das vagas de cada curso e turno sejam destinados a eles. Dentro deste grande grupo, determinou ainda que metade, o que significa 25% do total das vagas, seja destinada a alunos cuja renda per capita familiar seja igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo, aliando um recorte socioeconômico às cotas.

Além do recorte socioeconômico, a lei, legitimada por leis federais, ainda determinou a reserva de vagas, dentro dos dois segmentos econômicos, recorte étnico-racial, onde deverá ser destinado em cada um desses segmentos, um percentual igual ao da população preta, parda e indígena da unidade da federação da instituição de ensino além do recorte para pessoas com deficiência. Esse contexto aponta para a preocupação em criar mecanismos que propiciem não apenas o acesso/ingresso, mas também a permanência e conclusão destes estudantes, diminuindo os fatores que poderiam levá-los ao abandono do tão sonhado ensino superior.

A entrada de estudantes, que historicamente não acessavam o ensino superior, intensificou o debate e as práticas de apoio à permanência nas IFES.

O processo de escrita deste trabalho de conclusão de curso, permitiu-me uma reflexão sobre todas as atividades realizadas nas áreas que atuei na Universidade, bem como sobre os produtos resultantes delas. Minhas considerações partem de lembranças conservadas na memória que ora estão muito vivas, e ora encontram-se quase apagadas. O processo de escrita possibilitou um encontro comigo mesma nas diferentes situações de uma trajetória composta por encontros e desencontros. O debate abordado nesta pesquisa vai muito além de editais e decretos, me atravessa delicadamente, particularmente. Sou de família pequena, singela, a primeira a terminar o Ensino Médio de forma regular; meus pais abandonaram os estudos pela necessidade de trabalhar, minhas irmãs, mães solas, concluíram pelo EJA. Quando soube da lista de aprovados na UFRJ estava fazendo faxina em casa de bacana junto com minha mãe,

---

<sup>1</sup> Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) aprova no ano de 2007 o Decreto nº 6.096, que implanta o Programa de Apoio à Expansão e Reestruturação das Universidades Públicas (Reuni), sob a retórica da democratização do acesso ao ensino superior público, tendo como metas gerais elevar os índices de alunos graduados nas IFES e a relação professor/aluno.

<sup>2</sup> A Lei nº 12.711/2012 criou várias modalidades de cotas, beneficiando os seguintes segmentos: egressos da escola pública com renda per capita inferior à 1,5 salário-mínimo; entre esses os negros e indígenas, conforme a proporção no estado da federação. Em 28 de dezembro de 2016, foi editada a Lei nº 13.409 que alterou o artigo 3º da Lei nº 12.711/2012, incluindo entre os beneficiários das cotas, os alunos egressos da escola pública, com deficiência física, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas, no mínimo, igual à sua representação proporcional na unidade da Federação onde se encontra a instituição de ensino superior. (BRASIL, 2012b, art. 1º, 3º).

lembro-me até hoje da alegria que tomou conta da família, alegria bem curtinha pois logo surgiu a grande questão: "como vou me manter"?" Me inscrevi no Sistema de Seleção Unificada (SISU) sem saber dos meus direitos, sem conhecer as cotas, os auxílios e o suporte oferecido pela universidade. Foi assim que, uns meses (longos meses) após a matrícula, assinei os termos de compromisso junto à Pró-Reitoria de Políticas Estudantis - PR7, cadastrei minha conta bancária e recebi pela primeira vez o auxílio permanência no valor de R\$460,00 reais. Cabe salientar que antes desse auxílio fiz de tudo para manter os estudos, venda de doces, de material reciclável, faxina. O esforço foi coletivo, meu querido tio Renato se deslocava para o trabalho de bicicleta para que eu pudesse ir a aula utilizando seu RioCard. Eu sou o sonho de toda a minha família, por causa deles tive possibilidades de sonhar. A bolsa permanência me deu segurança para trilhar a minha trajetória acadêmica, é nesse ponto que hoje me encontro com uma pesquisa que contém um assunto inesgotável, que se transforma ao longo da história, do tempo e do espaço, esperando por contribuições para seu prosseguimento.

Considerando que a educação constitui uma necessidade básica para a construção de uma sociedade justa e igualitária, salienta-se que o objeto de estudo do presente trabalho de conclusão de curso se concentra na permanência dos estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a pergunta norteadora da pesquisa em tela é: quais foram as mudanças e estratégias que a UFRJ adotou, e tem adotado, no sentido de garantir a permanência dos estudantes, especificamente com a criação da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis - PR7? A relevância do tema se confunde com a própria relevância da educação uma vez que esta pode ser meio de promoção, em cada indivíduo, da compreensão crítica de sua realidade, e a de seus iguais, no tempo e no espaço social do qual faz parte. Conseqüentemente, a depender da educação que recebe, o sujeito se torna capaz de operar mudanças e melhorias - tanto em seu intelecto quanto no meio social, por meio da consciência crítica e transformadora.

Os avanços significativos na democratização do ensino superior deram visibilidade à questão fundamental para a garantia do direito à educação: a questão da permanência. Garantir a permanência de indivíduos em vulnerabilidade socioeconômica passou a ser um desafio para as políticas públicas. O objetivo geral da pesquisa é analisar e mapear a estrutura da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis - Pr7/UFRJ, com ênfase nas políticas e programas que visam garantir a permanência no ensino superior.

A fim de esclarecer aos leitores, descrevo os passos que pretendo seguir até a conclusão deste trabalho. No primeiro capítulo será abordado a revisão teórico-histórica da

literatura marxista, com enfoque na permanência, diversificação e democratização do ensino superior na UFRJ. No segundo capítulo, analisaremos a Pró-Reitoria de Políticas Estudantis - Pr7, mapeando os editais e os auxílios financeiros ofertados. Na conclusão, resgatamos as questões norteadoras e elementos relevantes trazidos ao longo da pesquisa articulando-os entre si para que, finalmente, façamos um esforço de síntese e proposição que possa contribuir para o debate acerca da Permanência na educação superior, e em especial na UFRJ.

## **1. ACESSO E PERMANÊNCIA: TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Neste capítulo, são apresentados os referenciais teóricos para atender os objetivos da pesquisa, e buscar compreender a questão central e, analisar quais mudanças e estratégias a UFRJ adotou, e tem adotado, no sentido de garantir a permanência dos estudantes, especificamente com a criação da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis - PR7 e, para tanto, a escolha metodológica recai sobre a pesquisa de cunho qualitativo, com o estudo teórico-histórico da literatura marxista, a partir de análises críticas tecidas por estudiosos no tema, permitindo este estudo sobre permanência, diversificação e democratização do ensino superior na UFRJ.

Primeiramente, para entender como ocorreu a democratização do acesso dos estudantes com aguda vulnerabilidade socioeconômica à educação superior, precisa-se compreender a complexidade de fatores que constituem uma universidade elitista e excludente desde a sua criação. E, por isso, serão abordados os temas: desigualdade e democratização do ensino.

Segundo Marx (2018, p. 13), toda a história tem sido uma história das lutas de classes, luta entre classes exploradas e exploradoras, dominadas e dominantes, em várias etapas do desenvolvimento social; essa luta, contudo, alcançou agora um estágio em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) não consegue mais se libertar da classe exploradora e opressora (a burguesia) sem se libertar, ao mesmo tempo e para sempre, de toda a sociedade da exploração e opressão. Para Marx, as instituições sociais, incluindo o sistema educacional, desempenham um papel importante na reprodução das relações existentes na sociedade capitalista. Nesse contexto, Marx (2007) propõe uma educação igualitária e emancipatória destinada às massas populares, com o objetivo de remodelar a realidade social, melhorar as condições de vida e trabalho, e promover o pensamento crítico em relação às normas sociais existentes.

Segundo Frigotto (2010), ao longo dos anos o capitalismo passou por crises que afetaram o plano econômico, social, ideológico, ético-político e educacional dentre outros. O fortalecimento do capitalismo industrial envolveu a reprodução de profundas desigualdades de acesso às oportunidades, à terra e moradia, à posse de propriedades, à acumulação de riqueza e renda, à educação, ao consumo de bens e serviços, sejam eles essenciais ou não, privados e públicos, de benefícios estatais. Para Cavalcante (2020) as desigualdades constituem problemas com características complexas e transversais, mas, principalmente,

multicausais e com interpretações variadas. “O Brasil emergiu, assim, como um país também marcado por profundas desigualdades socioeconômicas, talvez o mais desigual do mundo capitalista se levarmos em conta seu grande desenvolvimento material” (HENRIQUE, 1999, p. 7). Nosso país sempre foi um excelente negócio para os donos do dinheiro e da terra, a herança social que recebemos do nosso passado escravista, da abolição conservadora, da imigração em massa para manter o trabalho barato, milhões de brasileiros mergulhados na miséria e na pobreza, no campo e nas cidades.

Conforme discutimos nesse trabalho, o capitalismo cria por sua própria natureza privilégios de um lado, e miséria de outro, no que se refere à desigualdade de renda brasileira. Esta condição pode ser imposta a fatores já existentes na estrutura socioeconômica, apurados na alta centralização da riqueza ao criar e recriar continuamente os monopólios do dinheiro, de propriedade, de educação, de acesso à cultura.

Segundo Cavalcante (2020):

A elite brasileira demonstra grande preocupação com a pobreza e a desigualdade, sendo vistos, inclusive, como desafio à consolidação democrática do país. No entanto, o paradoxo surge na medida em que essa mesma elite não se vê como parte do problema e credita no Estado e na sua ‘falta de vontade’ boa parte da responsabilidade pela pobreza e desigualdade (CAVALCANTE, 2020, p. 10).

Para Cavalcante (2020), a estratégia da burguesia e dos intelectuais a seu serviço consiste em direcionar a educação dos filhos da classe trabalhadora de maneira a impedir o acesso a uma educação escolar que proporcione familiaridade com as ciências, as artes e o conhecimento filosófico. Essa abordagem resulta em uma limitação do conhecimento que restringe a capacidade de compreender a realidade para além das aparências da superfície cotidiana.

O vocábulo educação é derivado de antigos termos latinos, com destaque para os verbos “educere” e “educare”, que simbolizam a ideia de uma troca mútua de força e conhecimentos. Nesse viés, a educação é um processo fundamental e intrínseco à raça humana e ao seu desenvolvimento, além de despertar o interesse de todos, desde os princípios da civilização.

A educação é um dos fatores essenciais e contributivos para o desenvolvimento, e a sua insuficiência como correspondente fundamental da desigualdade social. Saviani (2006, p. 70) afirma que, “no Brasil, a educação, em sua forma moderna, ainda não atingiu, no final do século XX, grandes parcelas da população, dirigindo-se apenas a determinados setores”. Para Marx e Engels (2019, p. 46), “As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força intelectual dominante”. Nessa perspectiva, a práxis assume uma relevância

notável na tradição pedagógica crítica brasileira, sendo comumente descrita como a interação entre teoria e prática, uma abstração do ser orientada para a atividade humana - material e social - de transformação. Constitui uma condição que envolve tanto o pensamento quanto o ser. Na sua essência, a práxis é uma unidade dialética, onde o sujeito está em constante diálogo com o conhecimento, envolvendo uma interação reflexiva. Schlesener (2015, p. 165) destaca que, “o conceito de práxis permite apreender o conjunto de relações que permeiam a realidade em suas múltiplas determinações, em suas contradições e possibilidades a fim de criar novas alternativas educacionais”, compreendendo que “o real é uma construção histórica e, por isso, pode ser transformado conforme novos projetos políticos e sociais” (idem, p.170). Para embasar este estudo, será estabelecido um diálogo entre autores de referência no campo em análise.

O homem, na produção de sua vida e da sociabilidade, realiza também o processo de autotransformação, que define o caráter educativo no qual se materializa um modo de pensar e de sentir que se traduz em um modo de vida. Da perspectiva epistemológica a noção de práxis, além de abordar o homem como um ser histórico que produz as condições de sua existência, permite superar os limites da lógica formal e compreender o movimento do real em suas contradições, a fim de estabelecer a concreticidade da história (SCHLESENER, 2015, p. 166).

A autora destaca a importância de uma abordagem crítica e participativa na educação, reconhecendo seu potencial transformador tanto em nível pessoal quanto social. Assim, conforme discute Schlesener (2015, p.172),

As condições de emancipação pela via educativa escolar implicam a instauração de um processo de organização política das classes trabalhadoras visando a práxis revolucionária. Isso valia para a época em que *A Ideologia Alemã* e as Teses foram escritas e, embora sejam novas as circunstâncias históricas, continua valendo para a nossa época (SCHLESENER, 2015, p. 172).

Segundo Saviani (2005):

[...] o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 2005, p.13).

A escola tem, pois, como função elementar garantir às novas gerações a apropriação do conhecimento sistematizado, tendo como trabalho educativo “o ato de produzir, direta e intencionalmente, nos indivíduos singulares, a humanidade que foi e é produzida histórica e coletivamente pelos homens”, elaborando as melhores formas de transmitir esse conhecimento (SAVIANI, 1995, p. 17). Essa perspectiva enfatiza a necessidade de uma educação que vá além da mera transmissão de conhecimento, buscando ativamente a emancipação e a promoção de mudanças positivas.

Os fatores, internos e externos, que interferem no desempenho dos alunos durante toda sua trajetória acadêmica, ocupam um lugar de destaque nas teorias e pesquisas da área da

educação. Assim, são inúmeros os pressupostos sociológicos que têm como objetivo a investigação e a explicação dos fenômenos sociais que se entrelaçam na caminhada acadêmica de um indivíduo, esses que podem influenciar tanto de forma positiva quanto negativa no “resultado final” de cada estudante.

A centralização da educação na formação da elite gera uma percepção meritocrática para aqueles de baixa renda e residentes em áreas periféricas. Enquanto a classe dominante preenche quase que integralmente as vagas e oportunidades, resta à classe trabalhadora sonhar e persistir. O que para muitos foi planejado desde o nascimento, para nós - estudantes de baixa renda - requer esforço constante, quando conseguimos superar as estatísticas, nossa vitória é ironicamente utilizada para fortalecer um sistema branco e meritocrático. Nesse sentido, a oferta de uma educação de qualidade, pública e igualitária constitui uma meta de extrema importância e urgência, sobretudo por ser uma das poucas chances acessíveis de mudança de status social para as classes menos favorecidas.

A ideologia meritocrática está vinculada ao ideal neoliberal, “fundamental à ordem capitalista” OLIVEIRA, 2020, p.64, construindo e produzindo argumentos individualizantes, os quais, frequentemente, assumem a forma de verdades universais e, se transformam em modos de vida. Nesse sentido, a meritocracia como discurso fundamental “para o alcance dos objetivos delineados para uma boa escolarização e, por conseguinte, um bom futuro [...] tenta encobrir e abafar, mais uma vez, os abismos históricos, políticos, econômicos e sociais entre as diferentes classes e raças...” (OLIVEIRA, 2020, p.64).

Outrossim, a implementação da Lei de Cotas, em um país com condições sociais tão contrastantes, se torna um caminho viável e com grande potencial para a democratização do ensino superior ao ampliar a possibilidade de diversificação do corpo discente, produzindo um aspecto de reparação histórica ao promover, de fato, a possibilidade de igualdade, do ponto de vista material e concreto.

As cotas, as políticas de assistência estudantil e a UFRJ mudaram a minha realidade, como a maioria das famílias das camadas populares, o Ensino Médio Técnico era a única opção feita em razão das possibilidades de empregabilidade, e, seguindo essa lógica fiz de tudo para me matricular no Técnico em Enfermagem que o meu colégio oferecia, fui impedida por conta da idade (não era permitido estagiar com apenas 16 anos). Depois de chorar e achar que a minha trajetória escolar havia terminado junto com o Ensino Médio, uma querida professora apontou como possibilidade o ingresso no Ensino Superior. Veja bem, minha família é socioeconomicamente vulnerável. Minha avó Rejane, pernambucana, analfabeta, lavadeira e passadeira, veio tentar a vida no Rio, com os pouquíssimos recursos

que dispunha conseguiu proporcionar aos oito filhos a chance de completar o ensino secundário, morria de orgulho por ver que os filhos alcançaram mais do que ela pode. Minha mãe, Roselene, viveu num ambiente tão conturbado que a única solução foi sair de casa, arrumar um trabalho e abandonar os estudos, concluiu o Ensino Médio pelo EJA em 2005, eu já tinha três anos de idade. Recordar este período de minha vida é trazer à tona o armazém das experiências e anseios, o ensino superior não era algo palpável para nós, graças a lei de cotas, fui a primeira da minha família a ingressar na universidade. Para Freire (2021, p. 33) “não é possível fazer uma reflexão sobre o que é a educação sem refletir sobre o próprio homem”.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanística e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passar a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 1987, p. 41)

Nesse contexto, as experiências dos sujeitos são concebidas como um espaço vital de diálogo, problematização e questionamento. Tal abordagem reconhece que não existe um conhecimento definitivo, e, portanto, destaca a importância contínua da construção e reconstrução do saber. As vivências individuais não são apenas valorizadas, mas também consideradas elementos essenciais para a compreensão crítica do próprio mundo e do entorno. Freire (1959) em sua tese “*Educação e Atualidade Brasileira*”, elucida nas duas páginas conclusivas o que viria a ser a concepção de educação sob a perspectiva Freireana, apresento alguns tópicos a seguir:

O processo educativo brasileiro vem sendo uma superposição à nossa atualidade, porque: a) não atende a essa transição de formas econômicas, que requer toda uma revisão do agir educativo, agora devendo endereçar-se no sentido da formação de técnicos dos vários níveis, como de mão de obra qualificada; b) não atende à necessidade imperiosa de identificar o homem brasileiro com o ritmo de democratização política e cultural, criando-lhe disposições mentais democráticas com que supere nossa ostensiva “inexperiência democrática”. O seu verbalismo, o seu sentido seletivo e florido são contradições e obstáculos às forças democráticas em imersão; Finalmente, a revisão de nosso processo educativo não pode ser parcial porque é todo ele que está inadequado e é de todo ele, em conjunto, em bloco, que a cultura em elaboração precisa (FREIRE, 1959, p. 123).

A estrutura educacional brasileira é posta em análise por Pelegrini (2019), a autora afirma que:

O sistema universitário brasileiro é um evento tardio, de caráter predominantemente privado e concentrado na proximidade de grandes centros. É notável a intervenção governamental no campo educacional a fim de expandir e democratizar o acesso a partir dos anos 2000, marcado pelos objetivos traçados no Plano Nacional de Educação (2001/2011). Dentre as medidas empreendidas, cabe enfatizar a reformulação do ENEM e do SISU como instrumentos essenciais na promoção de maior integração e acessibilidade ao ensino superior (Idem, 2019, p. 34).

Para tanto, as IFES selecionam os novos estudantes pela nota obtida no ENEM, “sendo difundido como instrumento de reformulação do currículo do Ensino Médio, por isso, é apresentado como alternativa ao vestibular” (ROCHA, A. e RAVALLEC, C. 2014).

Em suma, o ENEM encarna projetos de rendimento escolar, de avaliação, de desempenho acadêmico, de democratização do sistema de ensino, de educação de qualidade e de currículo nacional que nunca serão completos e fica, pois, marcado pelo paradoxo, próprio de todo jogo político em torno da hegemonização de uma seleção e da organização curricular válida para o território nacional. (Idem, 2014, p. 2013)

Em 26 de janeiro de 2010, o MEC anunciou a criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que rapidamente contou com a adesão da maioria das grandes universidades públicas do país, pautando, ao menos em uma das fases, seus processos seletivos pelo desempenho dos candidatos no ENEM (BRASIL, 2010), regulamentado pela PN nº2<sup>3</sup>, de 26/01/2010.

As diretrizes de auxílio estudantil se manifestam por meio de várias iniciativas, com o objetivo de garantir a continuidade dos estudantes nos cursos de graduação. Essas medidas buscam mitigar as disparidades sociais, promovendo a conclusão do ensino superior, reduzindo as taxas de evasão, fomentando a inclusão social por meio da educação. A assistência estudantil é consagrada como política pública, por meio da promulgação do PNAES - Portaria Normativa Nº 39 de 12/12/2007. Aprovada em 2012, a Lei Nº 12.711 regulamenta a reserva de 50% do total de vagas nas IFES para alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Desse percentual, é reservada uma quantia mínima de vagas para o aluno que se autodeclarar preto, pardo ou indígena.

A importância da assistência estudantil durante a trajetória acadêmica é destacada por sua função crucial no processo de democratização da universidade, conforme caracterizado por Kowalski (2012) no seguinte excerto:

Entre alguns dos elementos elencados pelo FONAPRACE<sup>4</sup> que auxiliaram na construção do projeto que deu origem ao PNAES, estão as pesquisas sobre o perfil socioeconômico dos alunos, realizadas nos anos de 1997 e 2004. Esses estudos destacaram alguns fatores preponderantes na garantia das condições justas de permanência no ensino superior, como: a) permanência; b) desempenho acadêmico; c) cultura, lazer e esporte; d) assuntos de juventude (KOWALSKI, 2012, p. 96)

A autora aponta que os dados levantados na pesquisa realizada pelo FONAPRACE (2011) demonstraram que 48,2% dos indivíduos vivenciavam risco de vulnerabilidade

---

<sup>3</sup> PORTARIA NORMATIVA Nº 2, DE 26 DE JANEIRO DE 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes

<sup>4</sup> Criado em outubro de 1987, o FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis) congrega os pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições de ensino superior (IES) públicas do Brasil.

socioeconômica, considerados pela pesquisa como demanda potencial dos programas de permanência nas universidades públicas federais. A partir de 2008 o poder público, atendendo a antigas reivindicações das IFES e dos movimentos estudantis, passou a destinar recursos para AE por meio do PNAES. Para garantir tais objetivos, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil, instituído pelo Decreto nº 7234/2010 (BRASIL, 2010). Portanto, esse documento representa o fruto de intensas lutas sociais de grupos organizados (FONAPRACE, UNE, ANDIFES)<sup>5</sup> na consolidação da assistência estudantil em âmbito institucional e o reconhecimento legal enquanto política pública de direito.

A atual configuração da universidade brasileira reflete os esforços em direção à sua efetiva democratização, representando um passo significativo na realização do papel social do ensino superior público e gratuito.

No próximo capítulo, será apresentado mais claramente a revisão da literatura acerca da Assistência Estudantil (AE) de acordo com decretos, leis e comentários embasados dentro de autores que abordam a respeito da importância da assistência estudantil no decorrer da vida acadêmica. Em especial, será analisada a Resolução (Consuni 02/2019) a qual regulamenta a Política de Assistência Estudantil da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (Proaes/PR7) e a concessão do benefício socioeconômico referente à Assistência Estudantil.

---

<sup>5</sup> FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantes, criado em outubro de 1987, congrega os pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições de ensino superior (IES) públicas do Brasil. F; UNE - União Nacional de Estudantes. ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

## **2. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRJ: UMA ANÁLISE ACERCA DA PRÓ-REITORIA DE POLÍTICAS ESTUDANTIS - PR7.**

Conforme apresentado, a consolidação do Ensino Superior no Brasil pode ser caracterizada como um período marcado por importantes acontecimentos políticos e sociais, a Assistência Estudantil, como parte integrante da política educacional surge como uma estratégia crucial para garantir a permanência dos estudantes. Gestada nas reivindicações dos próprios discentes, por estruturas que não apenas assegurem o direito à educação democrática de qualidade, mas também promovam condições propícias ao desenvolvimento acadêmico e pessoal, visando a equidade e a inclusão. As demais políticas de expansão e ações afirmativas, incluindo a política de cotas, foram alinhadas ao Reuni e colaboraram para alterar o perfil dos estudantes das IFES. Tais políticas estruturam-se a partir da atuação organizada dos movimentos sociais, visando assegurar os direitos dos alunos em vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo de maneira influente para a implementação do PNAES.

Dessa forma, a democratização plena do ensino superior no Brasil requer um esforço contínuo para superar barreiras econômicas, sociais e culturais. A oferta de educação gratuita não elimina as fontes de desigualdade de oportunidades, além do aspecto financeiro, outros desafios surgem ao longo da trajetória acadêmica, as quais também são desafiadoras tanto para os discentes quanto para a instituição quando se pensa em termos de permanência na educação superior. As universidades públicas vêm, ao longo dos anos, tentando reduzir – na medida do possível – essas desigualdades econômicas através de ações próprias da assistência estudantil.

A UFRJ tem papel de destaque no cenário da educação superior no país por ser uma das maiores universidades públicas do Brasil. A “maior universidade federal brasileira” e “uma das melhores instituições de ensino superior da América Latina”, são os dois atributos destacados no texto do Plano de Desenvolvimento Institucional 2018 da UFRJ ao seu respeito (PDI, 2018, p.22).

A diversificação do perfil dos estudantes na UFRJ refere-se à adoção de políticas e práticas - como a Resolução (Consuni 02/2019) a qual regulamenta a Política de Assistência Estudantil da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (Proaes/PR7) - que promovem a inclusão de indivíduos de diferentes origens, contextos socioeconômicos e culturais no ambiente universitário.

O capítulo II, “DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS” em seu artigo 4º elenca “os princípios que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro” sendo eles:

- I – O respeito à dignidade dos estudantes, vedadas todas as formas de discriminação;
- II – A afirmação da educação como um bem público social, laico, gratuito e democrático;
- III – O compromisso com a ampliação e democratização das condições de acesso e permanência no ensino superior;
- IV – O compromisso com as necessidades sociais dos estudantes que lhes garantam efetivas condições de acesso, permanência e conclusão visando a inclusão, o reconhecimento e o respeito à diversidade étnica, cultural e de gênero;
- V – A liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- VI – A justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação;
- VII – A gestão democrática e transparência na execução dos recursos, benefícios, ações, programas e projetos da Assistência Estudantil, bem como nos critérios para a obtenção e manutenção dos mesmos.

Por conseguinte, a assistência estudantil da UFRJ tem sua maior representatividade e visibilidade no apoio financeiro proporcionado pelas bolsas que, embora sejam de importância reconhecida, não é o único suporte necessário para que os estudantes com aguda vulnerabilidade possam permanecer na universidade, até a conclusão de seu curso. Conseqüentemente, a Assistência Estudantil pode emergir como um dos fatores determinantes para a modificação da estrutura que a sociedade capitalista neoliberal estabeleceu no Brasil, tendo em consideração que a maior parte da população não possui acesso a uma formação de qualidade, nem mesmo no nível mais básico.

As políticas estudantis visam assegurar um ambiente acessível, acolhedor, propício à participação, diversidade, diálogo constante e bem-estar, promovendo a construção de um espaço cada vez mais inclusivo. Para além dos auxílios financeiros, a PR7 possui diversas iniciativas - em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo PNAES<sup>6</sup>, como será apresentado adiante, que colaboram para a permanência dos estudantes na Universidade.

---

<sup>6</sup> Art. 3º, decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. que enfoca dez áreas de atuação, a saber: moradia; transporte; alimentação; creche; apoio pedagógico; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; acesso, participação, aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Para tal, a Pró-Reitoria de políticas estudantis (PR7) se organiza por meio de Divisões e Assessorias, que juntas procuram dar conta das iniciativas, sendo elas:

1. A Divisão de Apoio ao Estudante (DAE), cuida do atendimento social e orientação a discentes, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social e econômica. Além disso, é encarregada da seleção e acompanhamento dos estudantes de graduação que buscam diversos tipos de auxílios financeiros;

2. A Divisão de Esporte, Cultura e Lazer (DECULT), se dedica à elaboração e à realização de atividades esportivas, culturais e de lazer, buscando contribuir para enriquecer a experiência acadêmica e promover uma trajetória com maior qualidade de vida;

3. A Divisão de Integração Pedagógica (DIPED) desempenha um papel mediador entre a teoria e a prática do apoio pedagógico no ensino superior, propondo e coordenando atividades, estabelecendo parcerias e promovendo espaços de formação sobre essa temática;

4. A Divisão de Saúde do Estudante (DISAE) é encarregada de planejar, acompanhar, gerenciar e promover ações de saúde para os estudantes, com ênfase em promoção e prevenção em saúde;

5. A Divisão de Residência Estudantil (DIREST) tem a responsabilidade de organizar e coordenar a rotina e as atividades nas residências estudantis;

6. A Assessoria de Inclusão e Acessibilidade (AIA) atua em ações de combate à exclusão e opressão a pessoas LGBTQIAP+, pretos, pardos e indígenas, mulheres, pessoas com deficiência e pessoas com transtornos no desenvolvimento.

Aprovada pelo Conselho Universitário (Resolução Consuni 02/2019), a Política de Assistência Estudantil da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (Proaes/PR7) era uma demanda antiga do corpo discente da UFRJ decorrente de um extenso período de discussões com o movimento estudantil.

As políticas e ações de assistência estudantil são custeadas por recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil e, conforme a disponibilidade financeira, por recursos próprios da UFRJ, com propósito de assegurar as condições de permanência e conclusão dos cursos pelos estudantes com aguda vulnerabilidade socioeconômica na educação superior. Os auxílios financiados pelo PNAES são destinados, obrigatoriamente, a estudantes de graduação presencial com renda familiar per capita igual ou inferior a um salário-mínimo e meio. Conferindo ênfase a negros(as), indígenas, oriundos(as) de populações tradicionais, pessoas com deficiência, transexuais, travestis e ingressantes por refúgio político, outros critérios podem ser exigidos a depender do edital. Neste sentido, a questão do acesso e permanência ao

ensino superior é de extrema importância a ser discutida e estudada com intuito de propor alterações dessa realidade.

Portanto, torna-se essencial compreender a estrutura dos editais, abrangendo as modalidades de auxílio, os critérios de seleção e os procedimentos para renovação.

Para isso, analisamos a Resolução (Consuni N° 02/2019), que em seu capítulo I, intitulado "DA NATUREZA E FINALIDADE", no Artigo 2º, esclarece que a Política de Assistência Estudantil engloba todas as formas de auxílio concedidas pela Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR-7), com o objetivo de “ampliar as condições de permanência dos/as estudantes na universidade, assegurar a inclusão social, promover a qualidade de vida e a democratização do ensino superior”.

No capítulo 6, intitulado "DOS BENEFÍCIOS INDIVIDUAIS", o Artigo 23º enumera os benefícios financeiros que fazem parte desta política:

I - Auxílio Alimentação: Consiste na concessão de refeições gratuitas nos Restaurantes Universitários da UFRJ.

II - Auxílio Transporte: Benefício financeiro destinado ao custeio parcial das despesas de deslocamento à UFRJ, apresentando-se em três modalidades<sup>7</sup>.

III - Auxílio Educação Infantil: Benefício financeiro mensal destinado a estudantes que comprovem possuir dependentes com idade inferior a 6 (seis) anos, visando suprir parcialmente as despesas decorrentes da maternidade/paternidade.

IV - Auxílio Material Didático: Benefício financeiro com o propósito de auxiliar nas despesas relacionadas à aquisição de material didático e pedagógico necessário para o pleno desenvolvimento das atividades dos cursos de graduação presenciais, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico<sup>8</sup>.

V - Auxílio Moradia: Oferece duas modalidades <sup>9</sup>de auxílio moradia para estudantes.

VI - Auxílio Permanência: Benefício financeiro mensal com o objetivo de auxiliar na permanência de estudantes com matrícula regular, ingressantes pela modalidade de renda da Política de Ações Afirmativas<sup>10</sup>.

VII - Auxílio Situações Emergenciais: Pode ser concedido na modalidade financeira ou mediante gratuidade no acesso aos Restaurantes Universitários. Destina-se a estudantes

---

<sup>7</sup> intermunicipal, municipal I e municipal II.

<sup>8</sup> Pagos em duas modalidades, parcelas de R\$250,00 mensais ou R\$700,00 semestral, a depender do curso.

<sup>9</sup> Benefício financeiro mensal, com a finalidade de custear parcialmente as despesas com habitação de estudantes que necessitem residir fora de seu núcleo familiar para estudar na UFRJ; ou Vaga na Residência Estudantil.

<sup>10</sup> Esse auxílio independe de Edital de Seleção.

que comprovem estar em situações emergenciais de extrema vulnerabilidade biopsicossocial que impossibilitem sua permanência na UFRJ<sup>11</sup>.

Todos os auxílios mencionados nesta Portaria<sup>12</sup> são direcionados a estudantes de graduação presencial que atendam aos seguintes critérios de seleção: possuam renda per capita de até 1,5 (um e meio) salário mínimo, não tenham ultrapassado o tempo médio de integralização do curso e apresentem um Coeficiente de Rendimento Acumulado (CRA) igual ou superior a 4,0, sendo prioridade de acesso aos auxílios, estudantes com deficiência e matriculados por situação de refúgio político. O estudante tem a possibilidade de pleitear um ou mais auxílios, ficando sujeito à avaliação socioeconômica e à disponibilidade de vagas para cada categoria de auxílio, desde que o valor dos benefícios somados não atinja 1,5 (um e meio) salário mínimo.

Antes da pandemia do Coronavírus a entrega de documentos era organizada em ordem alfabética, no dia 15 de março de 2019 participei desse ‘ritual’ no auditório A do Centro de Tecnologia. Nunca tinha visto tanta gente, tanto aluno, saí de uma escola pequena e me deparei com uma cidade, completamente viva, agitada e diversa. Escrevendo esta monografia pude rememorar os sentimentos e aflições daquele dia, 2 horas no 945 Pavuna X Fundão com uma pasta de documentos mais pesada que um tijolo, era aniversário da minha mãe e ela passou o dia me vendo assinar documento, pegar grade, conhecer o prédio, entrar na fila do bandeirão por diversão. Estar na universidade é um evento.

Além dos auxílios listados na Resolução Nº 02/2019, os estudantes recebem apoio por meio dos seguintes benefícios:

1. Auxílio PCD: Benefício financeiro mensal destinado a apoiar a permanência de estudantes de cursos de graduação presencial, ingressantes por meio da Política de Ação Afirmativa, nas modalidades de renda e PCD.
2. Passe Livre Universitário: Este não é fornecido nem gerenciado pela UFRJ, sendo de responsabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro, conforme estabelecido pelo Decreto Nº 38.280<sup>13</sup>.
3. Auxílio Inclusão Digital: objetiva democratizar as condições de permanência na UFRJ, proporcionando aos estudantes em situação de vulnerabilidade

---

<sup>11</sup> Para solicitar, o estudante não precisa aguardar o edital, basta pedir orientações sobre o auxílio para a Divisão de Apoio ao Estudante (DAE).

<sup>12</sup> Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); e o Decreto nº 7.234/2010 que dispõe sobre esse programa.

<sup>13</sup> O Passe Livre Universitário é destinado aos estudantes cotistas ou a qualquer discente com renda familiar per capita de até 01 (um) salário mínimo.

socioeconômica as condições técnicas para o acesso à internet, indispensáveis para o acompanhamento das atividades acadêmicas.

A pandemia do Coronavírus, que teve início no começo de 2020, trouxe inúmeros desafios a serem superados, não apenas na área da saúde, mas também para a educação. Isso porque, com o decreto<sup>14</sup> do distanciamento social, as universidades tiveram que modificar suas rotinas e planejamentos de uma hora para outra, sem qualquer preparo prévio. Durante o isolamento, minha família perdeu a fonte de renda se não fosse pelos auxílios recebidos, faltaria dinheiro da comida, das contas básicas de casa. Graças ao amparo da UFRJ minha família pode sobreviver ao período pandêmico com dignidade.

Em agosto o Conselho Universitário altera a Resolução n° 09/2020 do Conselho Universitário, que estabelece o Período Letivo Excepcional de 2020 devido à Pandemia pela COVID-19, alterando o início do Período Letivo Excepcional para os cursos de graduação. A Resolução CEG n° 09, datada de 07 de outubro de 2020, estabelece as diretrizes para a transição do Período Letivo Excepcional para o reinício do ano letivo de 2020 na modalidade remota, fundamentada na Portaria do MEC N° 544, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação da pandemia da COVID-19. Nesse sentido, um dos principais obstáculos a serem superados foi encontrar meios para que todos os alunos continuassem a ter acesso à educação remota.

Levando em consideração que o país é marcado por extrema desigualdade social, já era esperado que as classes socialmente vulneráveis tivessem o seu direito constitucional posto à prova. Em 2021, o Pró-Reitor de Políticas Estudantis torna público o Edital de Seleção n° 102/2021, com o objetivo de proporcionar condições técnicas fundamentais aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, viabilizando o acesso à internet, permitindo a participação desses estudantes nas aulas remotas. Durante a pandemia o Auxílio Inclusão Digital foi disponibilizado em duas modalidades: a) auxílio financeiro no valor de R\$1.000,00 (um mil reais), a ser pago em parcela única, para aquisição exclusiva de equipamento eletrônico de informática; b) SIM CARD para acesso à internet. Esse auxílio chegou em um momento de grande dificuldade, o roubo recorrente de cabos no meu bairro acarretou em quase seis meses sem Wi-Fi, assistir as aulas remotas pelo celular usando o 3G era um desafio, bem como formatar os trabalhos de acordo com a norma ABNT era impossível, sou grata aos amigos que fizeram isso por mim.

---

<sup>14</sup> Decreto N° 47.250 de 04 de setembro de 2020.

O capítulo XI “DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO” aborda as disposições sobre os benefícios da assistência estudantil, estabelecendo regras para o tempo máximo de usufruto dos benefícios, critérios para continuidade no programa, acompanhamento para recuperação do rendimento acadêmico, e condições para manutenção dos benefícios em casos de reingresso ou mudança de curso. O Art. 50. estabelece que “Estudantes atendidos/as pelos benefícios previstos nesta Resolução deverão passar por processo anual de renovação dos benefícios, onde serão verificados os seguintes critérios acadêmicos para continuidade no Programa” (RESOLUÇÃO Nº 02/2019, p.11), sendo eles:

I – Apresentar Coeficiente de Rendimento Acumulado (CRA) igual ou superior a 4,0 (quatro);

II – Apresentar o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de aprovação nas disciplinas cursadas no período imediatamente anterior à renovação;

III – Estar inscrito em, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais no semestre em curso ou apresentar documento de autorização da Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico de seu curso;

IV – Não ter atingido o prazo médio de integralização de seu curso de graduação presencial, salvo os casos que se enquadrem no previsto pelo Artigo 32, §1º;

V – Estudante que apresentar reprovação por frequência em todas as disciplinas cursadas no semestre anterior à renovação será automaticamente excluído dos benefícios.

VI – Não ter sofrido sanção disciplinar. Parágrafo único. Bienalmente, este procedimento será acrescido de reavaliação da situação socioeconômica.

Essas medidas visam garantir a eficácia e a equidade na concessão e renovação dos auxílios, bem como o acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes.

A Pró-Reitoria de Políticas Estudantis desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e na garantia da permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da presente monografia surgiu de uma motivação pessoal a respeito do ingresso de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica na Universidade Federal do Rio de Janeiro, devido a mudanças significativas em relação à expansão, à democratização e à ampliação das oportunidades de acesso. Nesse cenário, a pesquisa tinha como objeto de estudo a questão da permanência dos estudantes da UFRJ.

Percebeu-se que os avanços significativos na democratização do ensino superior representam uma mudança positiva no panorama educacional, indicando uma maior acessibilidade e inclusão no ambiente universitário. Esses avanços podem ser observados em várias frentes, como a implementação de políticas de cotas, a expansão do acesso por meio de programas de assistência estudantil, a diversificação do perfil dos estudantes e a promoção de ações afirmativas.

No primeiro capítulo, percorremos uma análise dos referenciais teóricos que fundamentam a pesquisa, buscando compreender a trajetória da UFRJ em relação à permanência dos estudantes, especialmente após a criação da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis - PR7. Optamos por uma abordagem metodológica qualitativa, embasada no estudo teórico-histórico da literatura marxista, permitindo uma análise crítica das práticas adotadas pela universidade. Iniciamos abordando a democratização do acesso ao ensino superior e a complexidade de fatores que perpetuam uma estrutura universitária historicamente elitista e excludente. Nesse contexto, as desigualdades socioeconômicas no Brasil foram discutidas à luz das teorias de Marx e Frigotto, destacando como o capitalismo reproduz profundas disparidades de acesso à educação.

A questão da educação igualitária e emancipatória foi explorada, ressaltando a importância de remodelar a realidade social, melhorar as condições de vida e trabalho, e promover o pensamento crítico em relação às normas sociais existentes, conforme proposto por Marx. A análise das desigualdades socioeconômicas brasileiras e a estratégia da elite em direcionar a educação foram destacadas por Cavalcante. A introdução do conceito de práxis na tradição pedagógica crítica brasileira, conforme discutido por Schlesener, trouxe à tona a relevância da interação entre teoria e prática na transformação da realidade. A obra de Saviani contribuiu para a compreensão do papel da escola na formação da elite e na busca por uma educação que vá além da mera transmissão de conhecimento. Este capítulo não apenas delineou as bases teóricas, mas também estabeleceu uma ponte entre os referenciais e a

realidade da UFRJ, fornecendo um arcabouço sólido para a compreensão das práticas adotadas pela instituição em relação à permanência dos estudantes.

O segundo capítulo apresenta uma análise sobre a importância da Assistência Estudantil na promoção da inclusão e na garantia da permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ao longo do texto, são detalhadas as políticas, diretrizes, benefícios e procedimentos que compõem essa assistência, evidenciando seu papel fundamental no contexto do ensino superior brasileiro, especialmente em uma instituição de destaque como a UFRJ.

É ressaltado que a Assistência Estudantil não se limita apenas ao apoio financeiro, mas engloba uma variedade de benefícios e iniciativas que visam garantir um ambiente acadêmico acessível, acolhedor e propício ao desenvolvimento integral dos estudantes. Além disso, o capítulo aborda os impactos da pandemia da COVID-19 na educação e na assistência estudantil, destacando os desafios enfrentados e as medidas adotadas pela UFRJ para garantir o acesso à educação remota.

Por fim, são apresentadas as diretrizes e critérios para a renovação dos benefícios da assistência estudantil, visando garantir a equidade na concessão dos auxílios e o acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes. Essas medidas reforçam o compromisso da UFRJ em promover uma educação inclusiva e de qualidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação.** In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Reuni. Brasília: DF, Diário oficial da União, 25 abr. 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012b.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº7,234, de 19 de Julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 JUL. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>

CAVALCANTE, Pedro. **A QUESTÃO DA DESIGUALDADE NO BRASIL: COMO ESTAMOS, COMO A POPULAÇÃO PENSA E O QUE PRECISAMOS FAZER.** 2020, p. 10.

DUARTE, S. E.; OLIVEIRA, A. N.; KOGA, L. A. **ESCOLA UNITÁRIA E FORMAÇÃO OMNILATERAL: PENSANDO A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO.** UFPR, 2016. Disponível em: >[http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wpcontent/uploads/2015/11/eixo12\\_EVADRO-SANTOS-DUARTE-NEIVA-AFONSO-OLIVEIRA-ANA-L%C3%9ACIA-KOGA.pdf](http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wpcontent/uploads/2015/11/eixo12_EVADRO-SANTOS-DUARTE-NEIVA-AFONSO-OLIVEIRA-ANA-L%C3%9ACIA-KOGA.pdf)<

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. **Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional.** In: APPLE, M. W. - [et al]. GENTILI, P. (Org.). Pedagogia da exclusão. 17 ed – Petrópolis. RJ. Vozes, 2010, p. 20-98.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – FONAPRACE. **III Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior.** Brasília: FONAPRACE, 2011.

HENRIQUE, Wilnês. **O capitalismo selvagem: um estudo sobre a desigualdade no Brasil.** Campinas, São Paulo, 1999 Tese de Doutorado em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Campinas.

KOWALSKI, Aline Viero. **OS (DES)CAMINHOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O DESAFIO NA GARANTIA DE DIREITOS**. Tese de Doutorado - Porto Alegre, 2012. P. 96-97

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: Feuerbach - A contraposição entre as cosmologias materialista e idealista**. Tradução Frank Müller. 3ª reimpressão. São Paulo: Martin Claret Ltda, 2010.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução Antonio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 2007.

MARX, Karl.; Engels, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, Bauer e Stirner**; tradução de Milton Camargo Mota. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2019.

MARX, K. e ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas: Navegando Publicações, 2011.

OLIVEIRA, A. **MERITOCRACIA E PROJEÇÃO DE FUTURO NA PERSPECTIVA DE JOVENS ALUNOS: A IDEOLOGIA DO MÉRITO NA CONSTRUÇÃO DA “VIDA NORMAL** Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32266/1/Tese%20Ariane%20Fel%C3%ADcio%20vers%C3%A3o%20final.pdf>

ROCHA, A. e RAVALLEC, C. **ENEM NOS DOCUMENTOS: UMA LEITURA PÓS-FUNDACIONAL DA REESTRUTURAÇÃO DO EXAME EM 2009**. Disponível em: [file:///C:/Users/Duda/Downloads/21677-Texto%20do%20artigo-55608-1-10-20141224%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Duda/Downloads/21677-Texto%20do%20artigo-55608-1-10-20141224%20(2).pdf)

SAVIANI, Demerval. **História e História da Educação**. 3ª. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil I**. – 3ª. ed. rev. 1ª reimpressão. - Campinas, SP: Autores Associados, 2011. p.177

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2005.

SCHLESNER, Anita Helena. **MARX E A EDUCAÇÃO: OBSERVAÇÕES ACERCA DE A IDEOLOGIA ALEMÃ E TESES CONTRA FEUERBACH**. in: *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 7, n. 2, p. 163 - 175, dez. 2015.

**UFRJ. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2012 a 2023**  
**INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS: REITORIA** Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:  
> <https://ufrj.br/sites/default/files/documentos/2018/08/pdi.pdf> <